



3ª. COMISSÃO PERMANENTE DE ORDENAMENTO DO
TERRITÓRIO, URBANISMO, REABILITAÇÃO URBANA,
HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

E

5ª.COMISSÃO PERMANENTE DE DESCENTRALIZAÇÃO E
OBRAS MUNICIPAIS

Reunião do dia 06 de Julho/15

Parecer da Proposta nº. 258/2015 – " *Submeter à Assembleia Municipal
Regulamento de Infraestruturas em Espaço Público;*"

O presente parecer foi aprovado por **Unanimidade** dos Grupos Municipais e Deputados Independentes representados ou pertencentes nas/às Comissões.

Os Relatores - Deputada Sofia Oliveira Dias

Deputado João Magalhães Pereira

Os Presidentes - Deputado Victor Gonçalves

Deputado Miguel Coelho



*Aprovado na 3.^a
Comissão
6/7/2015
72*

3.a Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e
Desenvolvimento Local

5.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Descentralização e Obras Municipais

PARECER SOBRE A PROPOSTA N.º 258/2015

(Submeter à Assembleia Municipal Regulamento de Infraestruturas em Espaço Público)

Na sequência da entrada na Assembleia Municipal de Lisboa da Proposta n.º 258/2015 e da sua remessa pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal às comissões competentes em razão da matéria, a Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local e a Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais deliberaram emitir o seu parecer conjunto, nos termos regimentais.

I – CONSIDERANDOS

A Câmara Municipal de Lisboa submeteu à Assembleia Municipal o Regulamento de Infraestruturas em Espaço Público, ao abrigo do disposto na g) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

I - ANTECEDENTES

O Regulamento de Obras na Via Pública em vigor

As obras nos pavimentos e subsolo da via pública estão submetidas à disciplina do Regulamento de Obras na Via Pública aprovado em reunião da Câmara Municipal de

Lisboa de 19 de Junho de 1963 e publicado no *Diário Municipal* de 21 de Setembro de 1963 (alterado através do Edital n.º 68/72).

Contudo, tal regulamentação municipal, apesar das diversas alterações [pontuais] sofridas, encontra-se desactualizada face à evolução dos conceitos e tecnologias, não oferecendo, por isso, soluções adequadas à complexidade e intensidade actual daquelas intervenções na cidade.

O novo ROVP aprovado, mas ineficaz

Neste contexto – expresso, aliás, no respectivo preâmbulo –, foi aprovado, pela Deliberação n.º 77/AM/2004, da Assembleia Municipal de Lisboa, de 29 de Junho¹, um novo Regulamento de Obras na Via Pública, publicado no *Boletim Municipal* n.º 543, de 15 de Julho de 2004.

Este novo ROVP, além das matérias das obras nos pavimentos e no subsolo da via pública, regulava a ocupação dos mesmos com materiais de construção ou infraestruturas, respectivamente, e estabelece princípios gerais sobre a matéria, procedimentos de coordenação e de controlo prévio [licenças, autorizações e comunicação prévia], controlo de execução das obras, contra-ordenações e coimas, medidas de tutela da legalidade e taxas.

O novo ROVP consignava figuras jurídicas inovadoras que se podem sintetizar da seguinte forma:

- a) Estabelecimento de um procedimento de coordenação anual do planeamento de obras na via pública, através da concertação entre os interessados, sobretudo as empresas concessionárias, e o Município [cf. artigos 7.º e 8.º];
- b) Estímulo financeiro consistente na previsão de taxas municipais para a realização de obras na via pública a suportar pelos operadores que desenvolverem intervenções no subsolo, agravando as que se realizem de modo avulso e descoordenado, em razão dos diferentes custos que geram, e

¹ Deliberação tomada por maioria [com votos a favor do PS, PSD, CDS/PP e PPM e abstenções do PCP, PEV e Bloco de Esquerda].

variando de acordo com as áreas da cidade sobre que incidem, o espaço e o tempo que consomem² [cf. artigo 36.º];

- c) Criação de um órgão administrativo intermédio, a conferência de serviços, com competência para propor ou adoptar decisões com uma visão global do fenómeno e integrando obrigatoriamente pelos dirigentes dos serviços municipais com competências nas áreas das obras, planeamento, ambiente, segurança e tráfego [vide artigo 10.º];
- d) Previsão de comunicações electrónicas entre o Município e os particulares através de um sistema informático, que compreende um interface electrónico [cf. artigo 6.º], consagrando como regra a desmaterialização dos procedimentos de controlo prévio [licença, autorização e comunicação prévia].

Todavia, a entrada em vigor deste novo ROVP, nos termos do n.º 1 do seu artigo 42.º, ficou dependente da publicação em *Boletim Municipal* do despacho do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa a que se refere o seu artigo 40.º, o que não chegou a verificar-se, o que equivale a dizer que este diploma aprovado e publicado no ano de 2004 não produziu quaisquer efeitos³.

II – O REGULAMENTO DE INFRAESTRUTURAS EM ESPAÇO PÚBLICO

A Câmara Municipal de Lisboa (CML), através da Proposta n.º 536/2014⁴, aprovada por unanimidade na reunião de 8 de Outubro de 2014, determinou a abertura de um período de discussão pública relativamente ao “Regulamento de Infraestruturas em Espaço Público”^{5 6}.

Analizada a Nota Justificativa⁷ e, bem assim, o teor da sobredita Proposta, cumpre realçar o seguinte:

- a) Compete à CML administrar o domínio público municipal, sendo possível a sua utilização privativa ao abrigo de um título jurídico-administrativo a emitir pela edilidade;

² I. e., em razão do maior ou menor prejuízo que causem ao uso comum pelos demais particulares do domínio público municipal.

³ Com excepção, repita-se, do seu artigo 40.º que se encontra em vigor.

⁴ Doravante designada apenas por Proposta.

⁵ Daqui em diante denominado por Regulamento.

⁶ Note-se que a Proposta n.º 258/2015, ora analisada, contém um lapso no seu primeiro parágrafo: onde se lê “Regulamento de Ocupação da Via Pública com Estaleiros de Obras”, devia ler-se “Regulamento de Infraestruturas em Espaço Público”.

⁷ O artigo 99.º do Código do Procedimento Administrativo exige que os regulamentos sejam aprovados com base num projecto, acompanhado da respectiva nota justificativa fundamentada, o que se verifica *in casu*.

- b) O n.º 1 do ponto V da Secção A do Anexo II da Deliberação n.º 6/AML/2014, da Assembleia Municipal de Lisboa, de 21 de Janeiro de 2014⁸, manteve as competências relativas às permissões administrativas de utilização/ocupação da via pública e ruído associadas a obras na esfera da CML, uma vez que as competências de controlo prévio urbanístico não são abrangidas pela Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro (o que significa que estas competências não transitaram para as Freguesias);
- c) O reconhecimento do direito de passagem a algumas empresas ou concessionárias de sistemas, redes e, ou, de infraestruturas, por via legislativa, não infirma os poderes do Município, uma vez que aquele direito não dispensa a emissão de título, pela CML, relativo à utilização do respectivo domínio público, quer por motivo de obras ou trabalhos, quer para a sua utilização mais duradoura;
- d) Compete, pois, ao Município regular a ocupação por motivo de obras ou trabalhos e a utilização mais duradoura do seu domínio público, o qual compreende todo o espaço aéreo, solo e subsolo dentro da área da respectiva circunscrição administrativa;
- e) O Regulamento de Obras na Via Pública, actualmente em vigor, foi aprovado em reunião da Câmara Municipal de Lisboa de 19 de Junho de 1963 e publicado no *Diário Municipal* de 21 de Setembro de 1963, pelo que, volvidos quase 52 anos, urge aprovar um novo Regulamento, adequado à realidade actual e à legislação em vigor aplicável, designadamente no que diz respeito à gestão do domínio público municipal, à realização de operações urbanísticas e à construção, ampliação e remodelação ou reparação de infraestruturas urbanas⁹;
- f) Tendo em vista a adequação à realidade actual e à legislação vigente, o Regulamento ora proposto visa acautelar os seguintes princípios:

⁸ A Deliberação n.º 6/AML/2014 implementou a reforma administrativa da cidade de Lisboa, determinada pela Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro, tendo aquela definido:

- i) O elenco das missões de interesse geral e comum a toda ou uma parte significativa da cidade, bem como dos espaços, das vias e dos equipamentos de natureza estruturante para a cidade ou para a execução daquelas missões; e
- ii) Os critérios de transição de recursos humanos do mapa de pessoal do Município que acompanham a atribuição das novas competências às Freguesias.

⁹ Nomeadamente redes de transporte e/ou distribuição de energia eléctrica e de iluminação pública, redes de comunicação electrónicas, redes de abastecimento de água e gás, sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, redes de águas quentes e frias (AQF), redes de sinalização luminosa automática de trânsito (SLAT), de sistemas de gestão de resíduos urbanos e infraestruturas de suporte destinadas a transportes públicos.

- i)* Princípio da salvaguarda da segurança das pessoas e bens na execução de obras ou trabalhos no domínio público municipal e espaço público;
 - ii)* Princípio da coordenação das intervenções no domínio público municipal (o capítulo II – artigos 6.º a 10.º - estabelece procedimentos de coordenação, quer de obras de iniciativa municipal, quer de obras promovidas por outras entidades);
 - iii)* Princípio da onerosidade da atribuição/exercício do direito de ocupação do domínio público em consequência da realização de obras ou trabalhos de construção, ampliação e remodelação ou reparação de infraestruturas urbanas, nomeadamente redes de transporte e/ou distribuição de energia eléctrica e de iluminação pública, redes de comunicação electrónicas, redes de abastecimento de água, redes de abastecimento de gás, sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, redes de AQF, redes de SLAT, de sistemas de gestão de resíduos urbanos e respectivas infraestruturas de suporte destinadas a transportes públicos no domínio público municipal, bem como do direito de utilização/passagem no mesmo e do direito de acesso de empresas de comunicações electrónicas a infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que sejam da titularidade do Município de Lisboa integradas no domínio público municipal.
- g)* O Regulamento visa ainda prosseguir os seguintes objectivos:
- i)* Regular as condições de ocupação e utilização do espaço público com a construção, ampliação e remodelação ou reparação das infraestruturas urbanas já referidas;
 - ii)* Disciplinar a atribuição/exercício, no quadro da execução das referidas obras ou trabalhos, do direito de utilização/passagem dos titulares ou gestores das infraestruturas urbanas já referidas;
 - iii)* Estabelecer as condições da atribuição/exercício do direito de acesso, a empresas de comunicações electrónicas, a infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas da titularidade do Município e já construídas no domínio público municipal, ou a construir, nomeadamente as que vierem a ser construídas no âmbito das Infraestruturas de Telecomunicações em Loteamentos (ITUR) e a serem integradas no domínio municipal ou de outras cedências para o domínio público municipal;

- iv) Promover a eliminação das infraestruturas obsoletas e sem utilização (nomeadamente os designados como cabos mortos);
- v) Migrar as infraestruturas que se encontram apostas sobre as fachadas dos edifícios para o subsolo, nomeadamente a da rede eléctrica e das redes de comunicações electrónicas, que representam um risco para a segurança e protecção civil, e que prejudicam em geral a estética das edificações e do espaço público, e em especial o património cultural construído, efectuando-se a aplicação do artigo 49.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa (RMUEL);
- vi) Limitar as barreiras arquitectónicas e disciplinar a ocupação da via pública minimizando os prejuízos para a acessibilidade dos cidadãos em geral e prevenindo os riscos dela decorrentes, especialmente para crianças, idosos, pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade condicionada concretizando os importantes deveres que os Municípios têm em matéria de acessibilidade;
- vii) Aproveitar as obras de construção, ampliação e remodelação ou reparação de infraestruturas urbanas para, no âmbito da respectiva área de intervenção e dos respectivos trabalhos, eliminar progressivamente a desconformidade com as normas técnicas de acessibilidade existentes no domínio público, em coerência com o interesse público e com as obrigações decorrentes do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Setembro (e, acrescentam os relatores com o disposto no Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa).

O projecto de Regulamento foi objecto de consultas informais durante a sua elaboração, tanto a entidades públicas como a privadas, e foi submetido¹⁰, nos termos legais, a consulta pública durante um período de 50 dias úteis, antes da sua aprovação pelos órgãos municipais, tendo sido devidamente ponderadas as seis participações¹¹ que foram apresentadas naquela sede.

¹⁰ Por meio da Proposta n.º 536/2014, de 8 de Outubro, e consequente Aviso n.º 97/2014, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1078, de 17 de Outubro de 2014.

¹¹ As seis participações provieram das seguintes entidades: EPAL, APRITEL, NÓS, ONI TELECOM e CABOVISÃO, LISBOAGÁS GDL e VODAFONE, tendo as mesmas sido parcialmente acolhidas. Com efeito, na sequência destas participações recebidas foram introduzidas várias alterações no projecto de Regulamento, de entre as quais se destacam as seguintes:

- Foram alterados os artigos 4.º, 6.º, 7.º, 11.º, 12.º, 14.º, 23.º, 25.º, 45.º, 46.º e 47.º, todos artigos pertinentes em sede de clarificação da distinção entre o procedimento de licenciamento da ocupação e utilização do domínio público e o procedimento;

- Foi alterado o projecto de Regulamento para que melhor se perceba que o procedimento administrativo de licenciamento consagrado diz respeito apenas à ocupação e utilização do espaço público e não à operação urbanística (obras de urbanização) que lhe é inerente, a qual pode ser objecto de licenciamento ou comunicação prévia nos termos

Compulsado o teor do Regulamento, destaca-se o seguinte:

- a) As entidades públicas ou privadas que intervenham ou pretendam intervir no espaço público devem coordenar a sua intervenção, no tempo e no espaço, entre si e com a CML, a fim de evitar a repetição de obras ou trabalhos no mesmo local. Para este efeito, a CML divulgará, até ao dia 31 de Março de cada ano, pela internet e em colaboração com as Juntas de Freguesia, um programa plurianual de trabalhos que identifique as intervenções cuja planificação e a execução estejam previstas para os anos civis subsequentes com vista a captar a adesão para aquele programa das entidades públicas ou privadas que intervenham ou pretendam intervir no espaço público (cfr. n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º). Sempre que obras de iniciativa municipal que incidam sobre infraestruturas urbanas não constem do referido programa plurianual, deve a CML tornar pública a sua intenção de realizar essas obras de modo para que as entidades interessadas possam aderir às mesmas (cfr. n.º 1 e 6 do artigo 8.º). Quando seja deferido um pedido de licença para ocupação ou utilização do domínio público municipal relativamente a obras de iniciativa não municipal que não se encontrem previstas no programa plurianual, a CML divulgará a realização das mesmas obras, num prazo de 5 dias, para que as entidades interessadas possam aderir às obras projectadas ou aos trabalhos a realizar (cfr. n.º 1 do artigo 9.º);
- b) Os titulares das infraestruturas que intervenham no espaço público devem entregar, no serviço municipal competente, no prazo máximo de 60 dias após a conclusão da obra ou dos trabalhos, as respectivas telas finais e plantas de cadastro (cfr. n.º 1 do artigo 10.º);

do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção vigente;

- Clarificou-se que nos 5 anos subsequentes a uma intervenção coordenada no espaço público são autorizadas ocupações e utilizações do mesmo, mas apenas as que não pressuponham intervenções na faixa de rodagem ou nos percursos pedonais acessíveis que não sejam dotados de instalações de multitubos ou que assegurem a reposição integral dos referidos percursos;

- Melhorou-se a coordenação de intervenções no Espaço Público: até 31 de Março de cada ano, a CML comunica o seu plano plurianual de intervenções; até 30 de Junho, as entidades públicas e privadas comunicam as intervenções que têm previstas para o ano civil subsequente na cidade; até 30 de Setembro, a CML emite parecer sobre a coordenação dos trabalhos comunicados pelas entidades públicas e privadas; e até 30 de Outubro, a CML disponibiliza o seu programa de intervenções, das entidades públicas e privadas, para o ano civil subsequente, devidamente ajustado e compatibilizado;

- Eliminou-se a obrigação de, nos arruamentos novos ou reconstruídos, os operadores participarem nos custos de construção de galerias técnicas;

- Clarificou-se que às empresas de comunicações electrónicas, pela utilização e aproveitamento dos bens do domínio público e privado municipal, é apenas devida taxa municipal de direitos de passagem, nos termos do artigo 106.º da Lei das Comunicações Electrónicas, aprovada pela Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro;

- Adequaram-se os montantes máximos das coimas previstas no projecto de Regulamento ao Regime Geral das Contra-ordenações.

- c) As entidades públicas ou privadas que no decurso de obras verifiquem a existência de redes de infraestruturas não cadastradas devem comunicá-lo à CML (cfr. n.º 7 do artigo 10.º);
- d) Quando se trate de obras ou trabalhos urgentes, a entidade responsável pela exploração de rede e/ou das infraestruturas pode dar início imediato às mesmas, tendo que as comunicar à CML até ao primeiro dia útil seguinte ao início da sua execução, através de correio electrónico dirigido ao serviço municipal competente. No prazo de 48 horas a contar do envio desse correio electrónico, a entidade responsável tem de proceder à legalização das obras nos termos do n.º 3 do artigo 12.º;
- e) As intervenções no espaço público que afectem o subsolo, entre outras restrições admitidas pelo Regulamento, estão sujeitas aos condicionamentos previstos no artigo 33.º do Regulamento do Plano Director Municipal de Lisboa para as áreas de valor arqueológico, bem como nos artigos 49.º e 53.º do mesmo diploma para salvaguarda dos espaços verdes (cfr. n.º 1 do artigo 16.º e n.º 1 do artigo 17.º);
- f) A ocupação e utilização do espaço público devem evitar, sempre que possível, o levantamento ou a perfuração de áreas revestidas por calçada artística de reconhecido valor patrimonial (cfr. n.º 2 do artigo 16.º);
- g) Todas as obras a que se refere o Regulamento devem observar, além das normas legais e regulamentares aplicáveis, as condições técnicas constantes do Anexo I, com excepção das obras ou trabalhos urgentes previstos no artigo 12.º;
- h) Nos arruamentos novos ou reconstruídos, a CML pode determinar que a utilização do espaço público seja feita através da instalação de galerias técnicas (vide n.º 2 do artigo 23.º);
- i) A execução dos trabalhos é efectuada em regime diurno, entre as 08h00 e as 20h00m, excepto as obras ou trabalhos urgentes e sem prejuízo de a CML poder autorizar ou impor o regime nocturno ou aos sábados, domingos e feriados - com observância do regime legal do ruído (cfr. artigo 24.º);
- j) É proibida a interrupção da execução dos trabalhos, excepto por motivos de ordem técnica, devidamente comprovados ou motivos de força maior. A interrupção ou suspensão dos trabalhos deve ser comunicada à CML, devendo o pavimento ser repostado quando se preveja que os trabalhos estejam interrompidos ou suspensos por mais do que 5 dias (cfr. artigo 25.º);
- k) Obrigação para os proprietários de removerem as redes aéreas existentes no seu edificado até 31 de Maio de 2017, o que suscita o n.º 2 das

Recomendações à Câmara Municipal de Lisboa, ínsitas no presente Parecer (cfr. n.º 1 e 5 do artigo 28.º);

- l) As obras em fachadas de edifícios incluem, obrigatoriamente, a remoção de cabos, equipamentos ou quaisquer elementos das redes de comunicações electrónicas que estejam apostas sobre as mesmas e à vista (cfr. artigo 34.º);
- m) De entre as várias e relevantes matérias reguladas pelo Capítulo VII, assinalam-se as regras estabelecidas no domínio da fiscalização (artigo 40.º), das contra-ordenações e respectivas sanções (artigo 42.º) e da autotutela executiva (artigos 43.º e 44.º). Quanto a esta última, louva-se, principalmente, a clareza dos termos definidos para os procedimentos tendentes à reposição da situação anterior à ocupação e utilização ilícita do espaço público.

II – CONCLUSÕES

Analizada a proposta de Regulamento de Infraestruturas em Espaço Público, aprovada por unanimidade na reunião da Câmara Municipal realizada no dia 29 de Abril de 2015, a Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local e a Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais da Assembleia Municipal de Lisboa consideram estar reunidas as condições para a discussão e votação em plenário, reservando as forças políticas representadas nas Comissões para esse momento a expressão das respectivas opiniões.

A apreciação cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de parecer.

III– ANEXOS

Os signatários consideraram desnecessária a junção ao presente parecer de quaisquer elementos documentais, nem tal foi solicitado por qualquer Deputado ou Grupo Municipal.

RECOMENDAÇÕES

Analizada a proposta de Regulamento de Infraestruturas em Espaço Público, e tendo em atenção o consenso existente de que este instrumento regulamentar é necessário e carece de uma rápida entrada em vigor, compaginável com alterações de pormenor e de forma que não impliquem nova audição pública, como aquelas que aqui são abordadas, a Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local e a Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais da Assembleia Municipal de Lisboa recomendam que:

1. **No n.º 1 do artigo 28.º, onde se lê “têm que ser removidas pelos proprietários”, se leia “têm que ser removidas pelos proprietários das redes”,** de molde a evidenciar que a obrigação de remoção das redes aéreas ou as instaladas à vista em fachadas de edifícios impende sobre os proprietários dessas mesmas redes;
2. **Se adite ao n.º 6 do artigo 5.º “..., com devido acompanhamento da entidade municipal que tem por missão a execução/implementação do Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa”, e ao n.º 2 do artigo 15.º “..., em articulação com a entidade que tem por missão a execução/implementação do Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa.”,** para que exista uma efectiva articulação entre estes instrumentos municipais;
3. **A Câmara Municipal clarifique se as taxas aplicáveis aos pedidos de licenciamento de ocupação e utilização do domínio público para a realização de obras de urbanização não sujeitas a controlo prévio são liquidadas nos termos do Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Actividade Urbanística e Operações Conexas ou da Tabela de Taxas.**

Esta clarificação é essencial uma vez que face ao conteúdo da proposta a dúvida subsiste e poderá implicar problemas na implementação deste regulamento.

De facto, tendo em consideração a redacção constante do n.º 1 do artigo 45.º do Regulamento e atendendo à remissão expressa do n.º 3 do artigo 11.º para o Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Actividade Urbanística e Operações Conexas *RMTRAUOC* quanto às taxas a aplicar nos procedimentos de controlo prévio de obras de urbanização, não resulta claro **se as taxas aplicáveis aos pedidos de licenciamento de ocupação e utilização do domínio público para a realização de obras de urbanização não sujeitas a controlo prévio também são liquidadas nos termos do *RMTRAUOC*.**

Isto porque, se a taxa a aplicar nestes casos for liquidada com base no disposto na *Tabela de Taxas*, parte integrante do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa, não são tidos em conta quaisquer factores de variação em função das áreas da cidade abrangidas pelas obras na via pública, bem como do espaço e do tempo que consomem, ao invés do que sucede com a determinação da taxa ao abrigo do *RMTRAUOC*.

Com efeito, o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de Maio, no seu n.º 1 alínea b), excepciona as obras necessárias para evitar situações que ponham em causa a saúde e a segurança públicas, bem como as obras para a reparação de avarias ou resolução de desobstruções levadas a cabo por empresas de comunicações electrónicas, da regra de sujeição ao procedimento de comunicação prévia previsto no *RJUE* estabelecida pelo n.º 1 daquele Decreto-Lei, o que significa que aquelas obras não são objecto de controlo prévio.

O n.º 4 do artigo 12.º do Regulamento dispõe nesse mesmo sentido, resultando em que, apesar de não estarem sujeitas a controlo prévio nos termos do *RJUE*, estes trabalhos devem ser comunicados no primeiro dia útil seguinte ao da sua realização para efeitos da titulação da ocupação e utilização do domínio público, o que equivale a dizer que têm que ser fornecidos os elementos previstos nas alíneas a), b), d) e e) do n.º 2 do artigo 13.º (cf. n.ºs 4 e 3 do artigo 12.º do Regulamento), o que permitirá a posterior cobrança da taxa respectiva.

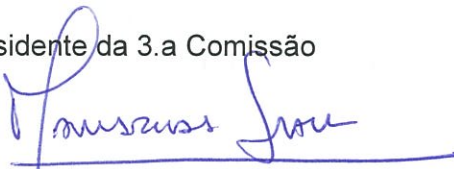
Tratam-se, pois, de obras reguladas pelo projecto de diploma analisado que não estão sujeitas a controlo prévio, pelo que a dúvida poderá permanecer e, como tal, **é imperativo, nesta fase, esclarecer, desde já, se se aplicam as taxas previstas no RMTRAOUC ou as constantes da Tabela de Taxas;**

4. **Passe a ser enviado à Assembleia Municipal de Lisboa o Programa de Trabalhos das intervenções para o ano civil subsequente**, já devidamente ajustado e compatibilizado com as comunicações das entidades públicas ou privadas e com a pronúncia das Juntas de Freguesia, no âmbito das competências de fiscalização e acompanhamento da actividade da Câmara Municipal pela Assembleia e de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 6.º do Regulamento.

aprovado por unanimidade

Este Parecer foi dos Grupos Municipais e Deputados Independentes representados ou pertencentes nas/às Comissões.


Assembleia Municipal de Lisboa, 6 de Julho de 2015.

PR O Presidente da 3.ª Comissão

(Victor Gonçalves)

O Presidente da 5.ª Comissão


(Miguel Coelho)

O Deputado-Relator


(João de Magalhães Pereira)

A Deputada-Relatora


(Sofia Oliveira Dias)